

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Quotistas da
Autogeração Solar Participações VI S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Autogeração Solar Participações VI S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autogeração Solar Participações VI S.A. Em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável de ativos em construção de vida útil definida e de longa duração

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 9 às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024 a Empresa possui registrado na rubrica “imobilizado” ativos tangíveis em montantes relevantes relacionados a custos de materiais, equipamentos do sistema gerador e serviços necessários para a construção das usinas fotovoltaicas. Administração da Companhia obteve de seu controlador apoio financeiro através dos quais se compromete a prover os recursos necessários para a manutenção das atividades operacionais da Companhia e financiamento das obras de suas controladas, na medida em que haja necessidade se utilizar de recursos captados via emissão de debentures conforme nota explicativa nº14. A Diretoria da Empresa aplica, no mínimo, anualmente procedimentos para assegurar que seus ativos tangíveis estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecem um ajuste para perdas por desvalorização. Esses procedimentos envolvem julgamento significativo da Diretoria sobre os resultados futuros do negócio, bem como presume que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando a complexidade devido às peculiaridades das operações, à relevância dos valores envolvidos e a existência e o controle físico dos ativos tangíveis, consideramos esses assuntos como significativos em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);
- O envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para recuperabilidade destes ativos;
- Avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros e demonstrações do resultado comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; Avaliação da metodologia de cálculo e da análise de sensibilidade das premissas; e
- Avaliação das políticas contábeis divulgadas em notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Demonstrações do resultado
Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

Ativo			
	Nota	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.510	3.059.821
Clientes	6	-	1.438.113
Despesas antecipadas	22	-	196.519
Créditos tributários	7	12.139	114.940
		31.649	4.809.393
Não Circulante			
Impostos diferidos	19	-	9.081
Investimentos	8	105.442.231	0
Partes relacionadas	9.1	254.117	4.282
Imobilizado	10	8.378.007	117.605.384
		114.074.355	117.618.748
Total do ativo		114.106.004	122.428.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador - CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Demonstrações do resultado
Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	11	594.512	7.046.524
Impostos a recolher	12	12.543	109.578
Salários e contribuições previdenciárias	13	-	41.246
Empréstimos bancários	14	85.070.470	85.070.470
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	279.964
		85.677.526	92.547.783
Não Circulante			
Partes relacionadas	9.2	995.064	2.446.945
		995.064	2.446.945
Patrimônio líquido			
	15		
Capital social		22.901.200	22.901.200
Capital a integralizar		-	-
Adiantamento Futuro Aumento de Capital		4.200.488	4.200.488
Lucros/prejuízos acumulados		331.725	331.725
		27.433.413	27.433.413
Patrimônio dos acionistas minoritários		-	
Total do passivo e patrimônio líquido		114.106.004	122.428.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Demonstrações do resultado
Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

	Nota	Controladora 2024	Consolidado 2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receita líquida operacional	15	-	2.972.133
Custos operacionais	16	-	(609.370)
LUCRO BRUTO		-	2.362.764
RESULTADO OPERACIONAL			
Despesas tributárias	18	(617.748)	(637.825)
Despesas administrativas	18	(527.862)	(880.957)
Outras receitas não operacionais		-	7.395
Outras despesas não operacionais	18	(100)	(13.696)
Resultado da equivalência patrimonial	8	1.617.163	-
		471.454	(1.525.083)
RESULTADO FINANCEIRO	19		
Despesas financeiras		(159.293)	(255.443)
Receitas financeiras		52.558	53.363
		(106.735)	(202.080)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20		(279.964)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	9.081
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício		364.718	364.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Demonstrações do resultado abrangente
Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Resultado líquido do exercício	364.718	364.718
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	364.718	364.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador - CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento futuro aumento de capital</u>	<u>Lucros (Prejuízo) acumulados</u>	<u>Total</u>
Capital social	22.901.200		-	22.901.200
Adiantamento futuro aumento de capital	-	4.200.488		4.200.488
Ajustes de equivalência patrimonial			(32.993)	(32.993)
Prejuízo do período	-	-	364.718	364.718
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>22.901.200</u>	<u>4.200.488</u>	<u>331.725</u>	<u>27.433.413</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador - CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Reais)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	364.718	364.718
Depreciação/amortização	-	575.123
Provisão de juros empréstimos	6.957.024	6.957.024
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(9.081)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	279.964
Perda\Ganho de equivalência patrimonial	(1.617.163)	-
Prejuízo ajustado	5.704.579	8.167.749
Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	-	(1.438.113)
Tributos a recuperar	(12.139)	(114.940)
Despesas antecipadas	-	(196.519)
Fornecedores	594.512	7.046.524
Impostos a recolher	12.543	109.578
Provisão Trabalhista	-	41.246
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades operacionais	594.916	5.447.776
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Partes relacionadas	(254.117)	(4.282)
Investimentos	(103.825.068)	-
Imobilizado	(8.378.007)	(118.180.507)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	(112.457.192)	(118.184.790)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro de aumento de capital	4.200.488	4.200.488
Empréstimos obtidos	78.113.446	78.113.446
Integralização de Capital	22.901.200	22.901.200
Partes relacionadas	995.064	2.446.945
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamento	106.210.199	107.662.079
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	52.503	3.092.815
Disponibilidades		
Ajustes sem efeito de caixa	-	32.993
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.510	3.059.821
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	52.503	3.092.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

A AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI S.A. (Companhia) é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na General Rabelo, 43 – Gávea -RJ, CEP: 22451-010. A Companhia tem por objeto social a participação societária no capital de companhias no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

A Autogeração Solar Participações VI S.A.

A Companhia tem por objeto social a participação societária no capital de companhias no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

A Administração da Companhia obteve de seu controlador apoio financeiro e realizou uma emissão de debêntures, através dos quais se compromete a prover os recursos necessários para a manutenção das atividades operacionais da Companhia e financiamento das obras de suas controladas, na medida em que haja necessidade.

A construção das Usinas de suas controladas diretas iniciou-se em janeiro de 2024 e em 31/12/2024, seus status eram:

Portfólio	Cliente	Sigla	Concessionária	Usina Fotovoltaica	Fase Usina	Mobilização	Finalização de Obra	Cidade
SG Fase 6	Compartilhado	BVG I	ENEL GO	Bela Vista I	implantação	01/07/2024	27/11/2024	Bela Vista I
SG Fase 6	Claro	SFI	ENEL RJ	Itabapoana	implantação	08/07/2024	16/12/2024	Itabapoana
SG Fase 6	Claro	ITQ I	RGE	Itaqui 1	implantação			Itaqui
SG Fase 6	TIM	ITQ IIA	RGE	Itaqui 2A	energizada	24/07/2023	19/03/2024	Itaqui
SG Fase 6	TIM	SAP IV	LIGHT	Sapucaia 4	energizada	06/07/2023	22/12/2023	Sapucaia
SG Fase 6	TIM	CAN IIA	EDP SP	Canas 2A	energizada	31/07/2024	28/11/2023	Canas
SG Fase 6	TIM	DES	EDP ES	Dona Esperança	implantação	05/02/2024	10/05/2024	São Mateus
SG Fase 6	TIM	QTS IE	LIGHT	Quatis 1E	energizada	05/02/2024	05/09/2024	Quatis
SG Fase 6	TIM	SPD	EDP ES	São Pedro	implantação	22/01/2024	09/05/2024	São Mateus
SG Fase 6	TIM	SAP IV	LIGHT	Sapucaia 4	energizada	06/07/2023	22/12/2023	Sapucaia
SG Fase 6	Compartilhado	BNFI	ENEL GO	Bonfinópolis I	desenvolvimento	28/07/2025	04/12/2025	Bonfinópolis

As projeções de resultados futuros preparadas pela Administração indicam o alcance de sua trajetória de lucros recorrentes e fluxos de caixa positivos. Se essas projeções não se realizarem, a Companhia precisará de novos recursos dos acionistas ou outras fontes para continuar a operar.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis materiais

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Diretoria e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A Diretoria da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2025.

2.1.1. Continuidade

A Diretoria avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e possuir recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Diretoria não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

2.1.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o Milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Descrição das principais práticas contábeis materiais adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Companhia, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;

- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado.

Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

d. Contas a receber

As contas a receber são apresentadas aos valores presente e de realização.

A conta de cliente faturado, e a realização dos serviços prestados e o faturamento das notas fiscais. Cliente a faturar, e a provisão de receita de energia gerada.

e. Impostos a recuperar

Refere-se a impostos e contribuições retidos sobre notas fiscais de serviços prestados a terceiros e apropriação de crédito sobre a depreciação do imobilizado para posterior pedido de ressarcimento, compensação e/ou recolhimento aos órgãos competentes.

f. Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 09 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com os projetos em desenvolvimentos são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

A vida útil do ativo está diretamente relacionada ao contrato de prestação de serviço firmado, pelo prazo de 30 anos. Após avaliação da administração, não foram identificados indicativos de impairment (perda de valor recuperável) para o ativo em questão, conforme os critérios e metodologias estabelecidos

g. Participações em controladas e coligadas

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

h. Contas a pagar

Os saldos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

i. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Reais)

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela correção monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com os projetos em desenvolvimentos e construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

k. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Diretoria da Companhia e seus assessores jurídicos.

l. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

m. Reconhecimento da receita

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Receita de aluguel e serviços

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia, no que tange locação e manutenção das usinas tais como serviços de gestão de consumo e compensação de energia, é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

n. Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras são reconhecidas *“pro rata die”* com base no método da taxa de juros efetiva.

2.1.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(i) Provisão para contingências

A Diretoria da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.
(ii) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

2.1.5. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis das controladas direta e indiretas:

Companhias controladas	Participação no Capital Total % 2024
Incluída na consolidação	
Autogeração Solar Itaquí LTDA	100%
Autogeração Solar Itaguaí 1 LTDA	100%
Autogeração Solar Sapucaia IV LTDA	100%
Autogeração Solar Itaquí II A LTDA	100%
Autogeração Solar SF Itabapoana LTDA	100%
Autogeração Solar Caninhas LTDA	100%
Autogeração Solar Bela Vista I	100%
Processo de consolidação	

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as Companhias cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas Companhias.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida é novamente mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Diretoria dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pela Diretoria da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Administração, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e realizadas pela Companhia.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela governança da Companhia. A governança da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía risco de mercado em suas operações.

b. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía risco de exposição cambial líquida.

c. Risco de crédito

A Companhia não possui outros saldos a receber contabilizados neste exercício. Por este fato, este risco é considerado baixo.

d. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria da Companhia.

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Reais)

consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

3.4. Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a. Banco conta movimento

Os valores contábeis dos saldos bancários aproximam de seus valores justos, apresentando possibilidade de resgate imediato.

b. Contas a pagar e operações com partes relacionadas

Estima-se que os valores contábeis das contas a pagar e das operações com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). Em tempo, a Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

A Companhia entende que os novos pronunciamentos ou pronunciamentos revisados não impacta os seus saldos ou demonstrações financeiras.

3.5. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Ainda está em análise quais impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia decorrentes de novas normas ou atualizações que entrarão em vigor após o encerramento do exercício de 2024, a saber:

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos

5. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Bancos	1	13.115
Total	1	13.115

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

Aplicações Financeiras	19.509	3.046.707
Total	<u>19.509</u>	<u>3.046.707</u>
Total	<u>19.510</u>	<u>3.059.821</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Clientes

O saldo da conta de clientes é demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2024</u>	<u>2024</u>
Clientes a faturar	-	1.438.113
Total	<u>-</u>	<u>1.438.113</u>

A Companhia constituiu contas a receber referente a receita operacional advinda do curso de suas atividades normais.

O saldo representado sob a rubrica de "Clientes a Faturar" refere-se a parcela de energia gerada pela Usina, a qual ainda não foi compensada pelo cliente. Ou seja, o crédito oriundo da produção de energia, não foi utilizado em sua totalidade para compensar o consumo mensal do cliente. Esses valores representam compromissos de recebimento que se esperam realizar em um prazo definido.

A contabilização dos valores sob "Clientes a Faturar" segue as políticas de reconhecimento de receita da empresa, sendo ajustados conforme a compensação da energia gerada e consequente emissão de faturas e/ou notas fiscais.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

O ciclo de liquidação dos títulos gira em torno de 30 a 45 dias.

7. Créditos tributários

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2024</u>	<u>2024</u>
IR s/ aplicação financeira	11.498	11.519

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

PIS e COFINS a compensar	641	102.712
INSS a compensar		709
Total	12.139	114.940

8. Investimentos

8.1. Composição do saldo

	Aquisição em 01/01/24	Valor Patrimonial	Equivalência	Participações a Realizar	Saldo em 31/12/2024
Autogeração Solar Itaquí LTDA	(21.162)	3.466.294	(53.629)	10.520.740	13.912.243
Autogeração Solar Itaguaí 1 LTDA	-	3.333.569	(30.275)	15.300	3.318.594
Autogeração Solar Sapucaia IV LTDA	(1.293)	1.498.800	649.568	5.474.321	7.621.395
Autogeração Solar Itaquí II A LTDA	(937)	1.498.800	268.683	4.684.228	6.450.774
Autogeração Solar SF Itabapoana LTDA		3.441.448	(45.631)	11.741.843	15.137.660
Autogeração Solar Caninhas LTDA	(2.590)	9.688.786	852.881	32.375.882	42.914.958
Autogeração Solar Bela Vista I		3.333.000	(26.642)	12.780.250	16.086.608
	(25.982)	26.260.697	1.614.954	77.592.563	105.442.231

8.2. Informações adicionais sobre a Companhia investida

Autogeração Solar Itaquí LTDA.

A Companhia ainda não iniciou suas operações, mas seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

Autogeração Solar Sapucaia IV LTDA.

A Companhia iniciou suas operações em 08/12/2023, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

Autogeração Solar Itaquí II A LTDA.

A Companhia iniciou suas operações em 14/11/2023, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

Autogeração Solar SF Itabapoana LTDA.

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

A Companhia ainda não iniciou suas operações, mas seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

Autogeração Solar Caninhas LTDA.

A Companhia iniciou suas operações em 16/11/2023, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

Autogeração Solar Bela Vista I

A Companhia ainda não iniciou suas operações, mas seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas:						
Autogeração Solar Itaqui LTDA	100%	15.391.497	3.467.494	13.912.242	-	(53.629)
	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas:						
Autogeração Solar Itaguaí 1 LTDA	100%	9.346.528	3.333.569	3.318.594	-	(30.275)
	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas:						
Autogeração Solar Sapucaia IV LTDA	100%	7.981.528	1.500.000	7.520.231	1.169.460	649.568
	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas:						
Autogeração Solar Itaqui II A LTDA	100%	6.582.029	1.500.000	6.450.774	489.694	268.683
	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas:						
Autogeração Solar SF Itabapoana LTDA	100%	15.178.034	3.441.448	15.137.660	-	(45.631)
	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas:						
Autogeração Solar Caninhas LTDA	100%	43.315.995	9.689.986	42.914.958	1.550.387	852.881

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas:						
Autogeração Solar Bela Vista I	100%	16.256.799	3.333.000	16.086.608	-	(26.642)

9. Operações com partes relacionadas

9.1 Contas a receber - partes relacionadas

ATIVO	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Autogeração Solar Itaqui LTDA	66.711	-
Autogeração Solar Consesul Itaqui LTDA	-	3.082
Autogeração Solar Sapucaia IV LTDA	36.548	-
Autogeração Solar Caninhas LTDA	119.414	-
Autogeração Solar Itaqui II A LTDA	30.245	-
ASP P6 STD Holding LTDA	1.200	1.200
Total	254.117	4.282
Não circulante	254.117	4.282

9.2 Contas a pagar - partes relacionadas

PASSIVO	Controladora	Consolidado
	2024	2024
SolarGrid Comercio	7.704	152.966
SolarGrid Autogeração	-	218
Autogeração Solar Itaqui II A LTDA	1.200	-
Autogeração Solar Itaqui LTDA	1.200	-
Autogeração Solar SF Itabapoana LTDA	1.200	-
Autogeração Solar Participações VI Holding S.A.	960.760	2.270.760
ASP P6 AQ Holding LTDA	23.000	23.000
Total	995.064	2.446.945
Circulante	-	-
Não circulante	995.064	2.446.945

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas referentes a movimentação de recursos para subsidiar as operações das investidas e a organização societária e administrativa.

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

As operações entre parte relacionadas se resumem a integralização de capital das SPEs (Sociedades de Propósito Específico) pendentes de repasse financeiro, decorrente da ausência da conta bancária durante o período de organização.

Para efeito de consolidação os saldos em partes relacionadas, foram eliminados, apresentando os saldos somente nas demonstrações da controladora.

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física e pagamentos com base em ações da Companhia.

10. Imobilizado

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é como segue:

Consolidado

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Saldo em 31/12/2024
Juros Capitalizados	3%	-	8.378.007	8.378.007
Total		-	8.378.007	8.378.007
Custo		-		8.378.007
Imobilizado líquido		-		8.378.007

Consolidado

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	2024			Saldo em 31/12/2024
				Transferência	Baixa	Depreciação	
Projetos em desenvolvimento(i)	3%	5.365.457	81.714.245	(17.389.432)	(71.782)		69.618.488
Máquinas e equipamentos	0%	-	22.687				22.687
Usina Fotovoltaica	0%	-	1.594.770	17.389.432	(200)	(575.123)	18.408.879
Adiantamento para aquisição de ativos	0%	128.145	60.240.956		(53.620.640)		6.748.461
Juros Capitalizados	3%	-	22.806.870				22.806.870
Total		5.493.602	166.379.528	(0)	(53.692.622)	(575.123)	117.605.385
Custo		5.493.602					118.180.508
Depreciação acumulada		-				(575.123)	(575.123)
Imobilizado líquido		5.493.602					117.605.385

(i) O saldo de projetos em desenvolvimento refere-se a custos de obra inerentes ao período de construção da usina. Em 2023, o valor foi reclassificado para a linha de Usina Fotovoltaica devido sua conclusão e início de operação.

(ii) O valor refere-se a antecipações de custos de obra para construção das usinas.

A vida útil do ativo está diretamente relacionada ao contrato de prestação de serviço firmado, pelo prazo de 30 anos. Após avaliação da administração, não foram identificados indicativos de impairment (perda de valor recuperável) para o ativo em questão, conforme os critérios e metodologias estabelecidos.

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

11. Contas a pagar

O saldo da conta de contas a pagar é demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2024	2024
Fornecedores	594.512	7.046.524
	<u>594.512</u>	<u>7.046.524</u>

12. Impostos a recolher

O saldo da conta de impostos a recolher é demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2024	2024
PIS a recolher	74	7.796
COFINS a recolher	763	36.316
IRRF de terceiros	2.855	11.805
CSRF a recolher	8.851	38.230
IRRF s/ folha	-	146
IRRF s/ aluguel	-	1.738
ISS terceiros	-	11.202
ISS a recolher	-	147
INSS terceiros	-	2.198
Total	<u>12.543</u>	<u>109.578</u>

13. Salários e contribuições previdenciárias

Os saldos de Salários e contribuições previdenciárias são demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2024	2024
Salários a pagar	-	10498,54
INSS a recolher	-	16670,85

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

FGTS a recolher	-	2421,39
Férias	-	11655,63
	<u>-</u>	<u>41.246</u>

14. Empréstimo e financiamentos

Linha de Crédito	Taxa	Vencimentos	Controladora	Consolidado
			31/12/2024	31/12/2024
Debêntures		2025	80.000.000	80.000.000
Juros de debêntures			6.957.024	6.957.024
Custos de estruturação de debentures			(1.886.554)	(1.886.554)
			<u>85.070.470</u>	<u>85.070.470</u>
Passivo circulante			85.070.470	85.070.470
Passivo não circulante			-	-

Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>
(+) Captação	80.000.000
(-) Gastos estruturais	(1.886.554)
(+) Juros incorridos	6.957.024
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	<u><u>85.070.470</u></u>

Sobre o principal da dívida incidem juros de CDI + 4,40% a.a., a dívida é na modalidade Bullet, sendo o valor nominal atualizado amortizado em parcela única, devida no dia 17 de outubro de 2025.

Garantias

Para garantir o fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Documentos da Oferta, incluindo, sem limitação,

- (i) as obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo, da Remuneração das Debêntures, dos Encargos Moratórios, dos demais encargos relativos às Debêntures e dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão, ao Contrato de Garantia e aos demais Documentos da Oferta, conforme aplicável, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento das Debêntures, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, conforme aplicável;
- (ii) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora e/ou pelos garantidores na Escritura de Emissão, no Contrato de Garantia e nos demais

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

Documentos da Oferta, conforme aplicável, incluindo, sem limitação, as obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Coordenador Líder, ao Escriturador, à B3 e ao Agente Fiduciário; e

- (iii) (iii) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou eventual excussão das Garantias Reais (conforme definido abaixo), bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão das Garantias, nos termos dos respectivos contratos e desta Escritura de Emissão, conforme aplicável (“Obrigações Garantidas”), as Debêntures contarão com as seguintes garantias reais (“Garantias Reais”):

Resgate Antecipado Facultativo Total

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Primeira Data de Integralização, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).

O Resgate Antecipado Facultativo Total somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.19, com no mínimo 60 (sessenta) dias corridos de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total” e “Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total”, respectivamente). Não obstante o disposto acima, a Emissora poderá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da Data do Resgate Antecipado Facultativo Total informada anteriormente no Comunicado de Resgate Antecipado Facultativo Total, prorrogar a respectiva Data do Resgate Antecipado Facultativo Total uma única vez por um período máximo adicional de 15 (quinze) dias corridos, mediante envio de nova comunicação individual aos Debenturistas, ou nova publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.19 (“Comunicação de Prorrogação da Data do Resgate Antecipado Facultativo Total”), informando a nova Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, que deverá ser, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis após a Comunicação de Prorrogação da Data do Resgate Antecipado.

Oferta de Resgate Antecipado

Conforme autorizado pela lei e regulamentação aplicáveis, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures de que forem titulares, nos termos e condições previstos nas cláusulas abaixo.

Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário poderá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização, Data de Incorporação da Remuneração ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do efetivo pagamento (exclusive), sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2.

15. Patrimônio Líquido

- a) Capital social

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 22.901.200,00 e está representado por 22.901.200 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

Capital Integralizado	22.901.200
Total	22.901.200

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia recebeu adiantamentos de seus acionistas na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), os quais têm por objetivo fortalecer a estrutura financeira da empresa e viabilizar investimentos estratégicos. Esses recursos foram disponibilizados sem encargos financeiros e serão integralizados ao capital social da Companhia no ano de 2025.

2024

Adiantamento Futuro Aumento de Capital	4.200.488
--	-----------

c) Resultado

A Companhia registrou Lucro Líquido no montante de R\$ 364.718

2024

Lucro líquido do exercício	
Lucro do período	364.718

16. Receita líquida operacional

Os saldos da receita operacional líquida são demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Receita bruta		3.976.781
(-) Deduções de receita bruta de venda		
Impostos		(1.004.648)
Total	-	2.972.133

17. Custos operacionais

Os saldos dos custos operacionais são demonstrados a seguir:

Controladora	Consolidado
--------------	-------------

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

	2024	2024
Custos com pessoal	-	(10.384)
Custos gerais	-	(128.405)
Aluguéis e arrendamento	-	(34.847)
O&M	-	(244.431)
Depreciação	-	(191.302)
Total	<u>-</u>	<u>(609.370)</u>

18. Despesas administrativas (controladora e consolidado)

A composição das despesas e receitas por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Despesas com pessoal	-	(117)
Despesas com estrutura	(203.674)	(203.674)
Seguros	-	(481)
Serviços prestados	(324.188)	(538.296)
Despesas tributárias	(617.748)	(644.126)
Custos compartilhados	<u>-</u>	<u>(138.389)</u>
	(1.145.611)	(1.525.082)

19. Resultado financeiro (Controladora e Consolidado)

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	52.558	52.732
Descontos obtidos	<u>-</u>	<u>632</u>
	<u>52.558</u>	<u>53.364</u>
Despesas financeiras		
Juros financeiros	(871)	(871)
Despesas bancárias	(61.337)	(86.372)
Juros e multas	(543)	(71.608)
IOF	<u>(96.542)</u>	<u>(96.593)</u>
	<u>(159.293)</u>	<u>(255.444)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(106.735)</u>	<u>(202.080)</u>

20. Provisões judiciais

A Companhia e sua controlada, não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023, contingências trabalhistas, cíveis e tributária classificadas como de perda provável, possível e remoto, pelos assessores jurídicos externos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

21. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, contas a pagar em transações com partes relacionadas, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contratou durante o exercício operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumariados:

A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia aplica os pronunciamentos técnicos CPC, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

22. Seguros

A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Patrimonial

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

Coberturas	Prazo de Vigência	Importâncias
Risco Patrimonial ASH	11/10/2025	60.000.000,00

A apólice ainda conta com os seguintes cossegurados: Autogeração Solar Participações VI S.A,

Seguro D&O

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES VI S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Período compreendido entre 21 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em Reais)

Coberturas	Prazo de Vigência	Importância
SolarGrid Holding	31/10/2025	20.000.000,00

23. Eventos Subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data de encerramento do exercício social e da divulgação das demonstrações contábeis que tenham ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da Companhia até esta data.